

ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
- TRABALHO

PROJIR: RESULTADOS DE SETE ANOS DE ATIVIDADES NO DECON-UEPG

Nelma T Zubek Valente (Universidade Estadual de Ponta Grossa, nzubek@usp.br)

Sergio M. Mongruel (Universidade Estadual de Ponta Grossa, sergiomongruel@uol.com.br)

Sandro Rogério Camargo (Universidade Estadual de Ponta Grossa, srcamargo@uepg.br)

Resumo: Apresentam-se neste estudo os resultados das ações extensionistas realizadas em sete anos de atividades do “Projeto Imposto de Renda Pessoa Física – PROJIR”, projeto de extensão vinculado ao Departamento de Contabilidade da UEPG. Desenvolvido por professores e alunos do curso de Ciências Contábeis da UEPG e, de natureza interdisciplinar, envolvendo conhecimentos da área Contábil e do Direito Tributário, o referido projeto tem, desde sua concepção, o propósito de atender a uma importante demanda da comunidade universitária. Os resultados apresentados neste estudo, representados por dados quantitativos e estatísticas dos sete anos de atividades do PROJIR e também pelas avaliações qualitativas dos beneficiários do projeto mostram os resultados e benefícios do PROJIR para a clientela beneficiada pelo projeto (alunos, professores, servidores e comunidade externa). Tais resultados evidenciam os aspectos positivos alcançados pelo PROJIR em sete anos de atividades; comprovando que, apesar de restrições em termos de recursos físicos, os objetivos deste projeto de extensão continuam sendo atingidos plenamente ao longo dos anos. São, portanto, evidências da relevância e importância deste projeto de extensão, por meio do qual o Departamento de Contabilidade contribui para a concretização da função social da universidade fundamentada no tripé: ensino, pesquisa e extensão, justificando-se, portanto a sua continuidade.

Palavras-chave: Projir. Imposto de Renda Pessoa Física. Extensão Universitária.

INTRODUÇÃO

Segundo as normas da Receita Federal do Brasil (RFB) a Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda - Pessoa Física (DIRPF) é uma obrigação exigida de contribuintes cujos rendimentos ultrapassem os limites de isenção e/ou que estejam inclusos nas exigências da referida secretaria. Portanto, tanto as pessoas físicas que recebem rendimentos tributáveis superiores ao mínimo fixado; ou rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, devem fazer o ajuste anual. O mesmo é exigido daquelas que obtêm ganhos de capital na alienação de bens ou direitos, ou ainda que tenham realizado operações em bolsas de valores, de mercadorias e assemelhadas, além de outras condições normatizadas. Os professores e funcionários da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e também membros da comunidade externa fazem parte desse universo de contribuintes. Ocorre que, o trabalho de atendimento para a elaboração dessas declarações é normalmente executado por Contadores que cobram honorários variados para realizar o trabalho. A referida cobrança leva em conta que o trabalho exige habilidades de diversas áreas

do saber, sobretudo de Contabilidade e de Direito. Sendo um serviço pago, por vezes torna-se oneroso para os contribuintes que necessitam dessa assessoria. Tal situação foi vista como uma oportunidade de atuação em atividades de extensão da UEPG. Isso porque, além de atender a comunidade, tais atividades serviriam também como campo de aprendizado para os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da UEPG. A partir disso, concebeu-se então o projeto de extensão denominado “PROJIR – Serviços de consultoria – orientação e preenchimento de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para a comunidade universitária”. Assim, este trabalho apresenta a aplicação e os resultados de ação inicialmente educativa, formativa, em prol de comunidade social específica, professores e funcionários da UEPG e também membros da comunidade externa, em rotina fiscal denominada Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF). A tributação do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) é praticada no Brasil dentro dos princípios da legalidade, da capacidade contributiva, da progressividade, da igualdade e do não confisco. (RIR/99). Como arrecadar tributos faz parte das ações de sobrevivência do Estado, este busca por “[...] ferramentas capazes de dotar a Fazenda Pública [...] para alcançar os recursos existentes. (BOGGI, 2010, p.17). Desse modo, segundo o autor, o IRPF consegue “[...] abarcar, de forma percussora, resultados eficientes perante a arrecadação geral do Estado, revelando-se um dos melhores instrumentos de arrecadação dentro do complexo sistema tributário”. Boggi (2010, p.17), destaca entretanto, que em razão da relevância desse tributo, ocorre uma gama respeitável de “[...] exigências burocráticas quanto ao imposto sobre a renda [...]”. Tais exigências, acabam, segundo o autor, obrigando o contribuinte a entrar em campos específicos do conhecimento humano para compreendê-los e aplicá-los: “[...] do Direito, da Economia, das Finanças, da Contabilidade, da Estatística e da Matemática”. De modo que, a diversidade dos conhecimentos para estudar esse imposto justifica a natureza interdisciplinar do PROJIR.

E, com base nessa sua natureza interdisciplinar é que se desenvolvem todas as ações do PROJIR configurando-se como uma importante via de concretização de um dos tripés da Universidade, a extensão. Para o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012), a extensão universitária é definida como sendo um processo interdisciplinar científico, educativo, político e cultural capaz de promover a interação transformadora entre a universidade e os demais setores da sociedade. Nessa mesma linha, Barravieira (2004), tomando por base os fundamentos do Plano Nacional de Extensão Universitária, conceitua extensão universitária como o processo científico, educativo e cultural que articula de maneira indissociável o ensino e a pesquisa viabilizando a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. Para o autor, a operacionalização

desse processo, ocorre com o ir e vir de docentes, alunos, servidores e pessoas da comunidade em auxílio para a solução de problemas sociais vigentes. Bessa da Silva (2002) *apud* Silva (2011), complementam destacando a extensão dentro do ambiente de aprendizagem. Para o autor, o ensino envolve uma relação professor-aluno em um espaço acadêmico com a função de expandir o conhecimento, enquanto a extensão é a fase onde o conhecimento científico é disponibilizado à comunidade interna e externa da universidade. De modo que, as ações extensionistas configuram-se como uma das pilstras fundamentais da universidade. Isso porque permitem evidenciar a presença da universidade na produção, disseminação e intercâmbio de conhecimento para além de seus limites internos, em ações voltadas também à comunidade em geral, externa à instituição. E é também dessa forma que a universidade contribui para a solução de problemas da sociedade e, por conseguinte, com sua evolução.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os principais resultados das atividades desenvolvidas pelo Projeto de Extensão “PROJIR – Serviços de consultoria – orientação e preenchimento de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para a comunidade universitária” em sete anos de atividades (2009 a 2015) no DECON.

METODOLOGIA

Vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais da UEPG e de natureza interdisciplinar, envolvendo conhecimentos das áreas de Contabilidade e de Direito Tributário o PROJIR é desenvolvido por professores e alunos do Departamento de Contabilidade da UEPG. Com o propósito suprir as demandas da sociedade, representada primeiramente pela comunidade interna da UEPG, e também por membros da comunidade externa, o projeto concretiza a articulação que deve existir entre o ensino e a pesquisa e a extensão. Na primeira fase o PROJIR busca fornecer embasamento teórico aos graduandos do curso de Ciências Contábeis preparando-os por meio de cursos específicos sobre a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física. Na segunda fase, o projeto possibilita aos alunos a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, por meio do atendimento, orientação, esclarecimentos e elaboração das declarações do imposto de renda, da clientela alvo (interna e externa).

RESULTADOS

Apresentam-se, a seguir, os resultados das atividades realizadas pelo PROJIR ao longo dos seus sete anos de ações extensionistas, desenvolvidas no período de 2009 a 2015.

Tabela 1 – População/Clientela atendida pelo projeto PROJIR

Público / Clientela atendida pelo projeto	2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		Total
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	
Comunidade Universitária	107	93%	225	96%	238	96%	245	95%	273	93%	109	62%	121	61%	1318
Comunidade Externa	8	7%	9	4%	10	4%	12	5%	21	7%	68	38%	76	39%	204
Total	115	100%	234	100%	248	100%	257	100%	294	100%	177	100%	197	100%	1522

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do PROJIR

Os dados da Tabela 1 evidenciam que no período de 2009 a 2015, o PROJIR atendeu mais de 1.500 contribuintes do Imposto de Renda, sendo: 1.318 membros da comunidade interna da UEPG (professores, servidores e demais funcionários da instituição) e ainda outros 204 membros da comunidade externa, incluindo dependentes e pessoas ligadas à comunidade universitária e demais membros da comunidade em geral. Observa-se que em 2015 a representatividade da comunidade externa beneficiada pelo PROJIR continuou crescendo significativamente, passando a representar 39% do público/clientela atendida. Tal crescimento é bastante positivo visto nos que nos cinco primeiros anos (2009 a 2013) essa clientela teve representatividade média de apenas 5%, considerada baixa para os propósitos do projeto. Na Tabela 2 são apresentados os dados relativos às atividades realizadas pelo projeto PROJIR em sete anos de existência no DECON.

Tabela 2 – Atividades Projir 2009 a 2015

Atividades desenvolvidas pelo PROJIR	2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		Total
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	
Preenchimento e entrega de Declarações do Imposto de Renda - Professores e Funcionários (Comunidade Interna)	42		82		137		151		158		109		121		800
Preenchimento e entrega de Declarações do Imposto de Renda - Dependentes e outros (Comunidade Externa)	8		9		10		12		21		68		76		204
Orientação para preenchimento e entrega de Declarações do Imposto de Renda	9		15		17		15		20		18		22		116
Elaboração de formulário Ganhos de Capital	3		5		6		5		10		6		6		41
Processos de revisão de lançamento tributário			8												8
Retificações de Declarações do Imposto de Renda - Professores - por notificações e retenção malha fina			15		4		5		2				1		27
Visitas à Receita Federal para atendimentos Professores - retenção malha fina			4												4
Visitas ao Fórum Federal para atendimento processos judiciais - Professores, relativos a Imposto de Renda			36		36		36		36						144
Orientações preenchimento declaração - verbas trabalhistas - decisão judicial			200		20		5		3						228
Pedidos - Proposição Ações Judiciais			200		20		5		3		15		12		255
Preparação e acompanhamento de processos judiciais			200		20		5		3		15		12		255
Pedidos de parcelamentos - relativos aos processos em andamento											60		70		130
Acompanhamento do trâmite judicial e respectivas defesas das ações impetradas					220		225		228		183		125		125

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do PROJIR

Observa-se pelos dados da Tabela 2 que entre 2009 a 2015, as ações do projeto envolveram desde a elaboração, preenchimento e entrega da Declaração de Imposto de Renda propriamente dita como também diferentes trabalhos de orientação, consultoria, assessoria, e até mesmo apoio jurídico para a resolução de demandas e questões fiscais e tributárias específicas da comunidade universitária atendida pelo projeto. É possível observar pelos dados da Tabela 2 que nesse período o PROJIR incumbiu-se da elaboração e entrega de mais de 1.000 (mil) Declarações do Imposto de Renda de Pessoa Física para Professores, Funcionários e seus dependentes e demais membros da comunidade externa à UEPG. De forma que, as estatísticas apresentadas evidenciam que essa atividade tem representado ao longo dos anos a principal demanda da comunidade atendida pelo projeto. Importante destacar que as atividades detalhadas na Tabela 2, além de trazerem benefícios aos alunos e professores envolvidos na concepção e execução do projeto, aproximando o conhecimento teórico e a prática profissional, beneficiaram, sobretudo, professores, funcionários e dependentes e demais membros da comunidade externa que buscaram os serviços oferecidos pelo PROJIR, conforme mostrado na Tabela 1. Tais resultados evidenciam os impactos positivos do projeto para a comunidade interna e externa à UEPG uma vez que todos os beneficiados pelo projeto receberam gratuitamente serviços que normalmente exigiriam o auxílio de profissionais habilitados, cobrando por seu trabalho, gerando, portanto, uma economia financeira para todos os beneficiados. Consideradas as consequências das atividades desenvolvidas pelo PROJIR, pode-se verificar que os impactos vão além da mera economia financeira, cooperando para o exercício da cidadania e justiça social. Isso porque, muitos dos beneficiados pelo projeto tiveram Imposto a Restituir, condição que talvez não tivessem usufruído sem apoio e orientação de profissionais habilitados. Acima de tudo, destacam-se como impactos positivos do projeto, todas as atividades desenvolvidas na preparação e acompanhamento de ações junto à Receita Federal buscando a justiça social para os contribuintes beneficiados pelo projeto, cujos direitos somente foram percebidos a partir da orientação, consultoria e assessoramento fornecidos pelo PROJIR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroborando os resultados dos estudos anteriormente realizados com base nos dados históricos de atuação do PROJIR ao longo dos anos (VALENTE et al. 2015; VALENTE et al. 2016), os resultados obtidos e apresentados neste estudo, relativos aos sete anos de atividades do projeto, mostram que o PROJIR continua atingindo os objetivos propostos. Destacam-se entre esses, o pronto atendimento dos anseios da comunidade universitária, convergindo os

esforços também no sentido de priorizar ao acadêmico os conhecimentos das atividades inerentes ao dia a dia do contabilista. As avaliações realizadas ao longo do desenvolvimento do projeto para levantar as percepções da comunidade beneficiada pelo PROJIR e dos discentes envolvidos na execução do projeto apesar de destacarem restrições relacionadas a recursos físicos para o bom atendimento aos participantes, evidenciaram e ressaltaram os aspectos positivos da execução do projeto. As avaliações quantitativas e qualitativas obtidas da escuta dos beneficiados pelo projeto ressaltam o impacto positivo e os benefícios proporcionados pelo PROJIR para a comunidade universitária. Além disso, as estatísticas apresentadas neste trabalho relativas aos sete anos de atuação do projeto (2009 a 2015), confirmam a importância e relevância do mesmo. Tais evidências destacam os aspectos positivos e benefícios alcançados pelo PROJIR comprovando que os objetivos desse projeto de extensão estão sendo plenamente atingidos, justificando-se, portanto, a sua continuidade. Dessa forma, o Departamento de Contabilidade poderá continuar contribuindo efetivamente com a função social da universidade por meio do tripé: ensino, pesquisa e extensão.

Referências

BARRAVIEIRA, Benedito. Paradigmas da Extensão Universitária. Entrevista concedida a Revista "Ciência em Extensão", 2004. UNESP. **REVISTA CIÊNCIA EM EXTENSÃO**. São Paulo, SP v.1, n.1, p.11-13, 2004. Disponível em: <ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/157>. Acesso em 25 ago.2014.

BOGGI, Cassandra Libel Esteves Barbosa. **O imposto de renda da pessoa física e a sua efetividade em matéria constitucional**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 73, fev 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7260>. Acesso em 02 set. 2014.

BRASIL. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. **Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99**. Decreto n.º 3.000, de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/rir/default.htm>. Acesso em 06 ago.2014.

CORREIA, Ovídio Valois. **A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico**. São Cristóvão: Ed UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

FÓRUM Nacional de Extensão Universitária – FORPROEX - 2012. **Política Nacional de Extensão**. Disponível em: www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao-pdf. Acesso em 25 agos. 2014

SILVA, Aurélio Rodrigues da. **A contribuição da extensão na formação do estudante universitário**. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.bdt.d.uec.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13. Acesso em: 17 abr. 2016

VALENTE, N. T. Z.; MONGRUEL, S. M.; LEITE, R. M.; CAMARGO, S. R.. PROJIR- Projeto Imposto de Renda: Resultados de seis anos de atividades na UEPG. In: 14º CONEX Encontro Conversando sobre Extensão, 2016, Ponta Grossa. 14º CONEX Encontro Conversando sobre Extensão. Ponta Grossa, 2016.

_____. CAMARGO, S. R.; ABIB, D. B.; BENDIX, E. I. Análise dos resultados alcançados pelo PROJIR -Projeto Imposto de Renda em cinco anos de atividades no DECON UEPG. In: 13º CONEX Encontro Conversando sobre Extensão-Gestão e Avaliação da Extensão Universitária: a construção de indicadores de qualidade, 2015, Ponta Grossa. 13º CONEX Encontro Conversando sobre Extensão. Ponta Grossa, 2015.